



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 06/2013

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6 DE NOVEMBRO DE 2013

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Pinto C. Batista

2º SECRETÁRIO: Mónica Sofia Jorge Serras

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze pelas vinte horas, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o núcleo executivo da Rede Social;**
- 2. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o Conselho Municipal de Educação;**
- 3. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para a Assembleia Distrital;**
- 4. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para a ANMP;**
- 5. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o Conselho Municipal de Segurança**
- 6. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios;**
- 7. Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;**
- 8. Eleição dos membros da Assembleia para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;**
- 9. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para Comissão Concelhia de Saúde;**
- 10. Eleição dos representantes Assembleia Municipal para o ACES;**
- 11. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do PDM;**
- 12. Seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais;**
- 13. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem;**
- 14. Derrama/ Participação variável no IRS;**
- 15. IMI – taxas a aplicar para o ano de 2013, a vigorarem em 2014;**
- 16. Autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos plurianuais;**
- 17. Lei dos compromissos, no âmbito da autorização aprovada pela A.M. em 28/09/2012.**

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão saudando os antigos deputado e aqueles que irão iniciar as suas funções como tal, desejando a todos felicidades e, que do seu trabalho surja algo de bom em proveito do concelho.-----

Continuou prestando informações sobre alguns documentos que tinham de ser assinados e preenchidos pelos senhores deputados municipais, solicitando a todos que o fizessem. -----

O Senhor Presidente da Mesa congratulou-se pelo facto de a Câmara Municipal ter recebido a certificação do Heritage pelo Centro Cultural Gil Vicente e pela Igreja Matriz. Manifestou ainda a sua satisfação pela presença dos quatro vereadores da Câmara Municipal, o que na sua opinião se deve manter, pois a Assembleia ganha com a presença de todos, do público e dos deputados municipais. ---

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Joaquim António Lopes Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Anacleto da Silva Batista, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Pedro Miguel Matos Carreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Mónica Sofia Jorge Serras, Francisco José Soares Lopes, Duarte Jorge da Silva Pedro, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina, Vítor Lopes Pires, Francisco da Silva António. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara e Vereadores da Câmara Municipal. -----

Posta à consideração a ata da última sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Informou o Senhor Presidente da Mesa, ter recebido da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista a iniciativa de se constituírem como grupo municipal de deputados do Partido Socialista, documento este que ficará anexo à presente ata. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que neste início de um novo mandato, gostaria de, a jeito de intervenção política, formular três votos, primeiro, que todos consigam efetivamente plumar pelos interesses superiores do concelho onde se encontram a viver ou que representam e, para isso, muitas vezes será necessário que se abdique de posições muito politizadas para que se entre, naquilo que deve ser, a real cordialidade num concelho como o Sardoal. Em segundo lugar, o respeito fundamental pela vontade do povo que se expressou livremente e que votou e, isso implica que tenham

consciência perfeita que o mandato é pleno e de exercício total. O terceiro, vai no sentido de se unirem todos, face à situação que o país vive no momento e compreenderem e entenderem que muitas vezes, seria ótimo, se fizessem muito mais, mas como ótimo, diz-se, é inimigo do bom, que se fiquem pelo bom, colaborando estrita e diretamente com o executivo municipal, procurar que o concelho de Sardoal continue a progredir cada vez mais e, na medida das disponibilidades, se puder aumentar ainda mais a sua eficácia e aquilo que tem sido a condução dos destino até agora, tanto melhor. Por isso mesmo deseja que efetivamente, com toda a cordialidade se procurasse ter um mandato de diálogo, de entendimento e fundamentalmente de acolhimento das propostas, conforme elas sejam do interesse do concelho, da melhor forma e assim sucedida. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia para referir que passado que está um mês sobre o último ato eleitoral autárquico, é tempo de, em jeito de fecho de dossier, fazer um balanço sobre a forma como o mesmo decorreu. Apesar de um ou outro incidente, globalmente, a campanha decorreu com a elevação que se impunha, da parte de todas as candidaturas pelo que estão todos de parabéns, ainda assim, salientou dois factos ocorridos no dia do sufrágio. Em Alcaravela um dos membros da candidatura do Grupo de Independentes por Sardoal, recuperou uma prática antiga do PSD, transportar os mais idosos, ao local de voto, sem esquecer, claro está, a respetiva indicação de onde votar. Já no Sardoal, um dos elementos da candidatura do PSD, retomou as ações de campanha distribuindo material de campanha a apelar ao voto, nas imediações das mesas de voto, após aviso de alguns elementos do GIS, recolhendo o material e descendo a rua até à porta das loja do Falcão, local a partir do qual, foi relembrando aos eleitores que passavam, onde haviam de votar. Este, como teve maior sucesso, vai com certeza, se é que não o foi já, ser promovido a um cargo de confiança política do Senhor Presidente ou da vereação. O tempo o confirmará. Se alguém conhecer casos semelhantes relacionados com os elementos da candidatura do Partido Socialista, apela-se a que os tornem públicos para que não se voltem a repetir. Os Sardoalenses votaram e decidiram a quem confiar o governo do município nos próximos quatro anos. Parabéns aos vencedores e honra aos vencidos, no entanto, convém lembrar a todos, que a maioria dos sardoalenses não votou no PSD. -----

Terminou com votos de bom trabalho para todos, a bem do concelho de Sardoal e dos sardoalenses. ---
O Senhor deputado Adérito Garcia questionou sobre a rua das Olarias, dado que aparentemente a obra está terminada, querendo ser informado do valor total de investimento e, se possível, repartido, pelo terreno e pelas obras e que relembrasse, como Vice-Presidente, no mandato anterior, qual foi o grande objetivo, daquela obra, porque, em termos de segurança, as pessoas estão mais perto de “meter os

pés, na famosa barragem da Olaria”. Na sua opinião falta um muro de proteção, mas o Senhor Presidente saberá explicar. -----

Disse ainda o Senhor deputado, que tem surgido informação e alguma dela já confirmada, de que, alguns dos serviços públicos que ainda hoje existem no município de Sardoal, estarão para encerrar portas no concelho, nomeadamente a Repartição de Finanças e, também já se fala no balcão da Segurança Social, perguntando ao Senhor Presidente qual a informação que pode dar sobre este assunto e que démarches estão a ser feitas para que estas situações não se concretizem. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão referindo esperar que todas as sessões decorram da melhor maneira possível e que sejam sem dúvida algo para melhorar o trabalho de todos e, o trabalho que se vai fazendo no concelho. A sua intervenção tem a ver também com algumas questões que quer colocar ao novo executivo, querendo saber qual a opinião e o que pensa fazer dado que tem reparado que os funcionários do município, principalmente aqueles que andam na rua não estão munidos dos respetivos epis, que segundo as normas de segurança e higiene no trabalho assim o obriga e, ainda sobre a segurança, também gostaria de saber o porquê da não da sinalização de obras, quando são feitas no município, salientando as reparações de algumas condutas de água, reparações de algo perto da estrada, das vias, dos passeios, que não são sinalizados e que são verdadeiras armadilhas. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo-se a outra situação, pois verificou e achou estranho que havendo no município um responsável pela manutenção mecânica de máquinas e viaturas, o porquê dessa pessoa não exercer as suas funções na totalidade e, praticamente essa pessoa está sem fazer nada ou sem fazer as reparações que deveriam ser feitas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa alertando para o facto de ser importante, quando se fala de determinados assuntos, que se nomeie as pessoas, porquanto nas duas intervenções feitas, falou-se de pessoas mas não se disse quem era e têm de ser claros e objetivos, porque nem toda a gente tem o mesmo nível de entendimento acerca das questões, ficam as ideias no ar e não se percebe do que se está a falar. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por cumprimentar todos os presentes, e saudando a mesa da Assembleia e todos os deputados presentes, porque é um desafio grande o de defender os interesses do município. -----

Em resposta à intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia, o Senhor Presidente da Câmara referiu que houve um projeto inicial que correu mal, também por razões de tempo, de intempéries que não foram previsíveis, como outras obras no país que correram mal nessa altura. A obra não está

concluída, brevemente será colocada uma vedação de segurança, mas na verdade, aquilo que foi feito, em relação ao que estava, é pouco, não satisfazendo o executivo que quer mais. O projeto voltará novamente a ser mexido, num projeto global que tenha a ver com toda a zona da entrada do Sardoal. Será o início daquilo que vai ser um projeto que, logo que seja possível, será apresentado, de requalificação de toda a entrada do Sardoal. Quanto aos valores, não os tem presentes mas fá-los-á chegar, quando os serviços da Câmara disponibilizarem os mesmos. -----

Relativamente ao encerramento de alguns serviços públicos, a comunicação social falou sobre o possível encerramento das repartições de finanças. Esta situação tem a ver com uma notícia que existiu de um sindicato dos trabalhadores das finanças com dois anos e que foi novamente posta a circular. Contudo, sabe que é intenção do governo requalificar e reduzir um conjunto de serviços públicos que estão espalhados pelo país. A Câmara tomou posse no dia nove e, no dia dez, a primeira coisa que fez quando chegou à Câmara Municipal, foi enviar uma carta à Senhora Ministra das Finanças, ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e também ao Diretor Geral de Finanças, solicitando, tendo em conta aquilo que era os dizeres da comunicação social, que nada fosse feito, sem que existisse diálogo com a Autarquia, para que, se fosse porventura essa a intenção do governo, que se procurasse um entendimento, de modo a que os municípios não ficassem privados de um serviço básico fundamental, ou seja, que tivessem uma resposta adequada àquilo que são as necessidades, em termos de finanças. -----

Sobre o balcão da Segurança Social, não há notícia absolutamente alguma sobre o seu encerramento, a notícia que há e aquilo que está em cima da mesa, é o encerramento do serviço de tesouraria da Segurança Social, que é diferente do balcão da Segurança Social. Esta informação foi dada oficialmente, numa reunião da plataforma supraconcelhia dos Conselhos Locais de Ação Social, em Santarém e, nessa reunião o Senhor Diretor Tiago Leite, confirmou aquilo que eram alguns rumores que estavam a circular que era o encerramento do serviço de tesouraria. Logo nessa reunião manifestou o seu desagrado perante o representante do governo que estava à sua frente, que era o Diretor, dizendo que a intenção do governo de Portugal, era precisamente nada ser feito sem que houvesse diálogo com as autarquias, lamentando que esse diálogo não tivesse existido, daí ter-se feito um comunicado conjunto e ao mesmo tempo fazer chegar esse comunicado aos responsáveis políticos nacionais, um comunicado conjunto entre o município de Sardoal, de Constância e de Vila Nova da Barquinha, no qual foi lavrado o protesto, porque realmente este encerramento ir ocorrer nos moldes em que inicialmente entendiam que era assim que ia ser feito, sem que os municípios tivessem sido

ouvidos. Esse comunicado resultou, porque no sábado de manhã, foi contactado pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, que sabendo das notícias lhe telefonou, manifestando a sua preocupação pelo comunicado e esclarecendo alguns pontos e dizendo qual era a sua intenção e qual era a sua sensibilidade para esta situação. Mais tarde também foi contactado por um elemento da direção do Instituto da Segurança Social sugerindo uma reunião para a terça-feira e assim foi, reuniu-se com esse elemento da direção do Instituto de Segurança Social e com o Senhor Diretor Tiago Leite, na qual foram esclarecidos alguns pontos e, aquilo que pode garantir dessa reunião, é que nenhum serviço, nada, vai deixar de ser feito no Sardoal. Não há pagamento algum, serviço algum feito na tesouraria, que hoje é feito ao balcão da Segurança Social, que obrigue um munícipe sardoalense a deslocar-se a outro concelho para o fazer. Existe na verdade um ajuste, ou seja, poderão ir ao balcão da segurança social pedir a guia daquilo que se tem para pagar e depois deslocam-se aos correios ou a uma entidade bancária para fazerem esse pagamento. Só isto, é alguma coisa, mas não chega, disponibilizando-se a Câmara para procurar outras alternativas de maior proximidade entre estes serviços e os munícipes, nomeadamente que esses pagamentos passassem pela Câmara Municipal, acreditando que o caminho vá ser este muito em breve, ou seja, o balcão da Segurança Social que já se encontra em instalações da Câmara Municipal, passe precisamente para o edifício da Câmara Municipal, até porque um dos funcionários já pediu a reforma e, brevemente poderá esse serviço ser feito por uma só pessoa, mas terá todo o apoio, não só da Segurança Social, como da ação social da Câmara Municipal que irá ajudar as pessoas que poderão ter mais dificuldade em realizar operações que para elas passa a ser novo, como também o senhor dirigente da Segurança Social, disse que ainda nesse dia iria ter uma reunião com os responsáveis da AMA, Agência de Modernização Administrativa, para procurar a viabilidade daquilo que já o governo tem intenção, que é a criação do payshop, onde as pessoas podem fazer esse serviço. Aquilo que a Câmara quer e aquilo que é a sua intenção, que possa acontecer a breve prazo, é realmente, a Segurança Social ficar mais perto das pessoas, com o apoio da ação social também e que haja, dentro do município, através de um payshop, numa fase posterior, que os pagamentos possam aí ser feitos, ou então também, que haja alguém que apoie numa primeira fase, na fase de adaptação, o pagamento das pessoas que possam ter mais dificuldade tanto nos correios como ao balcão. Há na verdade um serviço, um tipo de pagamento que não pode ser feito no Sardoal, terá de ser feito numa tesouraria da Segurança Social, nomeadamente o pagamento de coimas, contudo, entre maio e setembro deste ano, houve dois pagamentos de coima, ao balcão da tesouraria, uma no mês de julho e outra no mês de agosto. Aquilo que o preocupou e continua a

preocupar, e daí ter-se feito o comunicado, tão-somente por esta situação da tesouraria da segurança social, mas é também importante que se marque uma posição e que o governo perceba que tem deste lado, pessoas preocupadas e que lutarão e que irão até ao fim quanto ao encerramento de serviços que considerem ser fundamentais para as populações. -----

Referiu que também que os Senhores deputados e os Sardoalenses podem contar consigo para este tipo de situações e, o governo também, com as quais não irá colaborar e irá lutar fortemente para os Sardoalenses e o que tem dito durante muito tempo, é que um sardoalense que more na Tojeira ou em Valhascos ou mesmo na sede de concelho é tão português quanto um português que more em Sintra ou em Cascais, com os mesmos direitos e a mesma proximidade que deve ter dos serviços que são fundamentais. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo que este processo está minimizado, irá ver-se como funciona esta fase de adaptação, o diálogo entre a Câmara Municipal, diretor da Segurança Social e, se for caso disso, o Secretário-Geral da Segurança Social que se disponibilizou para tal, será uma constante, se se verificar que as coisas não estão a caminhar como devem. -----

Relativamente às perguntas colocadas pelo Senhor deputado Paulo Falcão, referiu que logo no início deste mandato, o executivo percorreu os serviços e, é na verdade uma preocupação para o mesmo, a segurança para os trabalhadores, é fundamental, é algo que não podem de modo nenhum abdicar, assim como também a segurança dos locais onde os trabalhadores estão a desenvolver os seus trabalhos. O Senhor Presidente referiu contar com o Senhor deputado e com todos os outros deputados, porque a partir de agora as responsabilidades são outras, pois muitas vezes encontram-se nos seus gabinetes mais tempo do que deviam, mais tempo do que aquele que a vida autárquica permitia, mas todos os que estão sentados naquela mesa têm responsabilidades, pedindo ao Senhor deputado e a todos, que, se souber de algum caso, que o comunique para que a situação seja averiguada e resolvida, sendo que qualquer cidadão deve fazer e, todos os que se disponibilizaram para a vida autárquica têm responsabilidades redobradas, independentemente das suas cores, e é para bem daquela pessoa que está em risco, é preciso saber porquê e então terá de ser chamado à responsabilidade, assim como quem o chefia para esse tipo de situação. -----

Relativamente à questão da manutenção do parque de máquinas e viaturas, a Câmara tem um mecânico, um operacional de manutenção de máquinas e viaturas, tem de ter feito alguns serviços estando também a ser analisado se o seu trabalho e o dos outros trabalhadores da Autarquia estão a corresponder àquilo que são as suas funções e se não estarão subaproveitados, esta análise está a ser

feita, inclusivamente dentro do parque de máquinas e viaturas, que é uma grande preocupação que todos têm, bem espelhado nas diferentes ideias das campanhas eleitorais, é algo que na Câmara preocupa bastante, por isso a rentabilização dos recursos humanos, não só deste trabalhador que está em causa mas de todos os outros, eficácia, eficiência é fundamental. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco Lopes referindo-se a uma questão de proteção civil, sobre as horas de voluntariado, dado que existia uma gratificação no valor de 1.50€ que era paga tendo deixado de o ser desde maio do ano passado e que por conseguinte já se está a perder voluntários pois as pessoas, independentemente de serem voluntários ou não, estão a ver que não há uma compensação, que é uma coisa mínima, querendo saber em que ponto é que está a situação e como é que a Câmara está a pensar em resolver a mesma, se é que está a ser resolvida. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que quando esteve reunido com o corpo de Bombeiros misto, profissionais e voluntários, este foi um assunto falado. Existe de facto uma situação que é um ponto de partida, este pagamento como estava a ser feito, deixou de ter enquadramento legal a partir de determinada altura. Tentou perceber a situação e contactou algumas pessoas inclusive até inspetores das autarquias locais, os quais disseram que não havia enquadramento para este tipo de pagamento aos voluntários, daí ter sido feita a suspensão do mesmo. Na sua opinião é um assunto que o governo tem que resolver, porque uma coisa é ser-se voluntário de vez em quando, outra é o voluntariado que é feito, e muito bem, pelos bombeiros que estão lá como voluntários, em que não há diferença entre o trabalho profissional e o trabalho voluntário, como tal. Na sua opinião, defende que deve de haver essa distinção e deve haver a recompensa e a gratificação para quem o faz, mas tem de haver o enquadramento legal para o fazer. Este problema não é só da Câmara de Sardoal, é de mais vinte e dois municípios, os únicos que têm bombeiros municipais, todos os bombeiros voluntários, o corpo de bombeiros voluntários, alguns deles são voluntários mas recebem mais dos que os profissionais por isso existe uma injustiça em relação aos homens e mulheres que, de igual para igual vão para o terreno combater os incêndios. No mandato anterior esteve reunido com outros Presidentes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o Senhor Secretário de Estado, onde esse problema foi apresentado, dado que no Médio Tejo existem quatro corporações de Bombeiros profissionais, ou seja, é o distrito do país que tem maior número de corporações profissionais, é Sardoal, Tomar, Abrantes e Alcanena, todos com os mesmos problemas, tendo existido conversações, foi articulado na altura e, neste momento não há qualquer solução para que se possa dizer que vai ser feito o pagamento pelo município aos bombeiros voluntários, de “x” número de horas. É urgente que o governo

reveja esta situação porque na sua opinião é de uma enorme injustiça. Em relação a perder, o que lhe foi transmitido pelo comando é que houve dois voluntários que desistiram. No entanto, o concelho de Sardoal tem um corpo de bombeiros municipais, tem de assegurar os serviços e depois são apoiados pelos voluntários e o que se irá certificar é que haja em primeiro lugar uma resposta pronta e eficaz de proteção civil à população e aí também não pode haver descuido de modo algum. -----

Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa apresentou a proposta da mesa para que se proceda à votação e dos representantes das juntas de freguesia enunciados na ordem de trabalhos, tendo os grupos parlamentares do PSD, PS e GIS aceite a mesma.-----

1.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o núcleo executivo da Rede Social;

Considerando a alínea d) do ponto 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nro. 115/ 2006, de 14 de junho, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, eleger os Srs. Vítor Pires e Paulo Casola, com 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

2.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o Conselho Municipal de Educação;

Considerando o artigo 5º do Regimento do Conselho Municipal de Educação, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por maioria, eleger os Srs. Vítor Pires e Paulo Casola, com 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Considerando o nro. 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

3.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para a Assembleia Distrital;

Considerando a alínea b) do nro. 2 do artigo 2º do decreto Lei nro. 5 /91, de 8 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria eleger os Srs. Jorge Pina e António Fernandes, com 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para a ANMP;

Considerando a alínea a) do nro. 2 do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por maioria eleger os Senhores Paulo

Casola e António Fernandes, como representantes das Juntas de Freguesia do concelho, para a Associação Nacional de Municípios, com 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o Conselho Municipal de Segurança;

Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 5º da Lei nro. 32/ 98, de 18 de julho, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria eleger os Srs. António Fernandes e Jorge Pina, como representantes das juntas de freguesia do concelho, para o Conselho Municipal de Segurança, com 12 votos a favor e 7 votos em branco. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios;

Considerando a alínea b) do nro. 1 do artigo 5º da Lei nro. 14/ 2004 de 8 de maio, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, eleger os Srs. Jorge Pina e Vítor Pires, como representantes das juntas de freguesia do concelho, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, com 10 votos a favor e 9 votos em branco.-----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7.Eleição dos representantes das juntas de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;

Considerando a alínea d) do nro. 2 do artigo 154º do decreto-lei nro. 277-B/ 2000, de 15 de setembro, com a redação dada pelo decreto-lei nro. 338/ 2001, de 16 de dezembro, a Assembleia Municipal Sardoal, deliberou por maioria eleger os Srs. Jorge Pina e António Fernandes como representantes das juntas de freguesia do concelho, para o Conselho Cinegético Municipal, com 12 votos a favor e 7 votos em branco.-----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8.Eleição dos membros da Assembleia para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;

Os grupos parlamentares apresentaram as suas listas, nomeadamente, PSD: Anacleto da Silva Batista, Maria Arminda de Oliveira e José Esteves, PS: Adérito Miguel Gaspar Garcia, Miguel Afonso Catalão

Alves (como efetivos) e, Duarte Jorge da Silva Pedro, Luis Manuel da Conceição Grácio (como suplentes). O GIS não apresentou qualquer lista. -----

O Senhor Presidente da Mesa denominou as listas apresentadas pelos grupos parlamentares do PSD e PS como Lista A e Lista B, respetivamente. -----

Considerando o nro. 3 do artigo 11º da Lei nro. 45/ 2008, de 27 de agosto, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria eleger os Srs. Anacleto Batista e Arminda Oliveira, elementos efetivos e, José Esteves, elemento suplente, respeitantes à Lista A, como representantes da Assembleia Municipal para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, tendo a votação sido a seguinte: Lista A - 12 votos, Lista B - 4 votos e, 3 abstenções. -----

Considerando o nro. 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

9.Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para Comissão Concelhia de Saúde;

Os grupos parlamentares apresentaram as suas listas, nomeadamente, PSD: Arminda Oliveira e Alcina Manuela, PS: Luis Grácio e Duarte Pedro. O GIS não apresentou qualquer lista. -----

Considerando a alínea f) do nro. 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nro. 335/ 93 de 29 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria eleger os Srs. Arminda Oliveira, elemento efetivo e Alcina Manuela Almeida, elemento suplente, respeitantes à Lista A, como representantes da Assembleia Municipal para Comissão Concelhia de Saúde, tendo a votação sido a seguinte: Lista A – 12 votos, Lista B - 4 votos e, 3 abstenções. -----

Considerando o nro. 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

10.Eleição dos representantes Assembleia Municipal para o ACES;

Os grupos parlamentares apresentaram as suas listas, nomeadamente, PSD: Anacleto Batista e Mónica Serras, PS: Luis Grácio e Miguel Alves. O GIS não apresentou qualquer lista. -----

Considerando a alínea b) do nro. 1 do artigo 31 do Decreto-Lei nro. 35/ 2008, de 22 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, eleger os Srs. Anacleto Batista, elemento efetivo, e Mónica Serras, elemento suplente, respeitantes à Lista A, como representantes da Assembleia Municipal para o ACES, tendo a votação sido a seguinte: Lista A - 12 votos, Lista B - 4 votos e, 3 abstenções. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

11. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do PDM;

Os grupos parlamentares apresentaram as suas listas, nomeadamente, PSD: Joaquim Serras e Alcina Almeida, PS: Duarte Pedro e Adérito Garcia. O GIS não apresentou qualquer lista. -----

Considerando a alínea c) do nro.1 do artigo 7º da Portaria nro. 1474/ 2007, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, eleger os Srs. Joaquim Serras, elemento efetivo e Alcina Manuela Almeida, elemento suplente, respeitantes à Lista A, como representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do PDM, tendo a votação sido a seguinte: Lista A – 12 votos, Lista B - 4 votos e, 3 abstenções. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

12.Seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais;

O Senhor Presidente da Mesa solicitou que os deputados municipais preenchessem o documento para a proposta de seguro com os seus dados. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que este seguro irá terminar no dia 09 de dezembro e o que o município também pede é que os deputados se pronunciem se concordam ou não com os valores apresentados, sendo certo que os mesmos estão acima daquilo que a lei obriga. A partir do dia 09 de dezembro, o mesmo será renovado ou será feito novo contrato com os mesmos valores. -----

Considerando o artigo 17º da Lei nro. 29/ 87, de 30 de junho, na nova redação dada pela Lei nro.52-A/ 2005, de 10 de outubro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para fixação de seguro dos membros da Assembleia Municipal de Sardoal, para o mandato 2013/ 2017, pelas coberturas de morte ou invalidez permanente de 305 300,00€ e despesas de tratamento e repatriamento de 10 000,00€, de acordo com a informação prestada, com 19 votos a favor. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

13.Taxa Municipal dos Direitos de Passagem;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Autarquia não costuma aplicar esta taxa, pois é algo que também não é significativo como receita para o município e que, sendo este valor depois refletido na fatura do consumidor, não faz sentido, dando o exemplo de uma fatura no valor de

cem euros, o município iria receber vinte e cinco cêntimos, daí a proposta da autarquia em não aplicar a taxa. -----

Considerando a Lei nro. 5/ 2004, de 10 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade não aplicar a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, para 2014, com 19 votos a favor.

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

14.Derrama/ Participação variável no IRS;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a deliberação da Câmara Municipal diz tudo. Na verdade, em relação à derrama está-se a falar de um incentivo também para os pequenos negócios, aqueles que têm um volume de negócios inferior a 150 mil euros. No ano de 2012, o que foi cobrado pela Câmara Municipal foi cerca de dez mil euros, o que não é um valor expressivo. Em relação à variação do IRS, a aplicação desta taxa iria incidir sobre os munícipes com maiores rendimentos, visto que muitos deles até estão isentos de pagamento de IRS, também é pouco expressivo e daí a Câmara achar que não há necessidade de se aplicar tal taxa, ou fazer alteração. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir que e, mesmo concordando com a deliberação da Câmara Municipal, faltam duas palavras, questionando sobre uma empresa que tenha um valor de negócios de 150 000 euros, dado que a deliberação só menciona os valores inferiores e superiores e, na sua opinião deveria colocar-se a palavra “igual”, sendo que a probabilidade de acontecer ser ínfima, mas deve-se jogar pelo seguro. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo que a Mesa não vê qualquer objeção. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras, referindo que o que se pretende aprovar é a isenção das empresas até aos 150 000 euros, sendo que as outras decorre pela taxa normal, na sua opinião não existe qualquer problema. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que aquilo que foi a reunião de Câmara e o que foi aprovado em reunião de Câmara é o que está no corpo da proposta, ou seja, que não ultrapasse os 150 000 euros, “ *não aplicar qualquer derrama para empresas que tenham um volume de negócios inferior a 150 000 euros*”, se for 150 000 euros, aplica. Claro que depois e, eventualmente a deliberação é mesmo só um lapso de secretaria, porque aquilo que foi aprovado, foi a proposta da Câmara que era aplicar a volumes de negócios inferior a 150 000 euros. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que o que conta, para todos os efeitos é a deliberação, não é aquilo que é proposto, porque pode ser proposta uma coisa e a seguir ser

deliberada outra completamente diferente e, uma vez que na deliberação consta aplicar, no caso de volumes superiores a 150 000 euros e não aplicar no caso de volumes inferiores, continua a faltar o que se aplica a 150 000 na deliberação, dado que a Câmara Municipal não deliberou aplicar a empresas com 150 000 euros de volume de negócios. -----

O Senhor deputado Joaquim Serras referiu que até aos 150 000 euros existe isenção e a partir desse valor deixa de existir. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que existe um lapso porque a deliberação diz uma coisa e o seu contrário, ou seja, quem tiver 149 999. 99 euros, está isento e quem tiver 150 000 paga. Existe um lapso de redação, com o preciosismo que o Senhor deputado Adérito Garcia referiu, contudo o que está em causa é o que está e que foi aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, a proposta do chefe de divisão. -----

Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, a 12 de setembro, assim como o nro. 1 do artigo 14º da Lei nro. 2/8 2007, de 15 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de derrama de 1,5% para empresas com volume de negócios superior a 150 000 euros e, não aplicar qualquer derrama para empresas que têm um volume de negócios inferior a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de pequenas e médias empresas no concelho e, pelo facto de a percentagem mínima da taxa reduzida ser de 1%. Deliberou ainda, por unanimidade fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, com 19 votos a favor. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

15.IMI – taxas a aplicar para o ano de 2013, a vigorarem em 2014;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a proposta apresentada na Câmara Municipal tem a ver com a análise que se está a fazer para proposta de orçamento do próximo ano. É algo que se pode reduzir, tendencialmente haver uma redução, um regular, se as condições financeiras da autarquia assim o permitirem, até à taxa mínima, entendendo que é uma forma que se tem de aliviar a carga fiscal de todos os munícipes de uma forma o mais transversal possível, àqueles que são proprietários de uma forma mais direta e indiretamente também aqueles que depois se reflete também nas empresas e nos comércios que terão aqui também um desagrar da carga fiscal. É algo que se pode fazer e que se quer trabalhar para que nos próximos anos se continue a reduzir a taxa o mais possível. -----

Considerando o artigo 112º do código do imposto Municipal sobre Imóveis e a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar as taxas do Imposto Municipal de Sardoal, a aplicar no ano de 2013, nomeadamente: prédios rústicos: 0,8%, prédios urbanos: 0,7%, prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,35%, com 16 votos a favor do PSD e do PS e 3 abstenções do GIS. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

16.Autorização prévia no âmbito da Lei dos compromissos plurianuais;

O Senhor Presidente da Mesa referiu que este é um assunto recorrente às sessões da Assembleia Municipal e que é só para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que o que se pede à Assembleia Municipal é que autorize esta autorização prévia genérica que tem por base a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, ou seja, tudo o que seja aquisições de serviços, contratos plurianuais terão de ter a autorização da Assembleia Municipal, de acordo com a Lei 8/ 2012, Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, para que se consiga agilizar de certa forma o trabalho do executivo municipal, o que se sugere é realmente esta autorização prévia, no âmbito desta lei dos compromissos para projetos e ações de outra natureza, constantes nas grandes opções do plano, ou seja, não é surpresa para ninguém pois já estão nas grandes opções, mas ao mesmo tempo que não excedam o limite de 99 759, 58 euros. O ponto seguinte da ordem de trabalhos espelha bem aquilo que se pretende, ou seja, há uma autorização prévia genérica, obrigando a que na Assembleia Municipal seguinte venha a lista de contratos plurianuais que foram celebrados, para conhecimento da Assembleia. -----

Considerando o disposto no artigo 22º do decreto Lei nro. 197/ 99, de 8 de junho, bem como a alínea c) do nro.1 do artigo 6º da Lei nro. 8/ 2012, de 2 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com dezasseis votos a favor, 3 abstenções. -----

Considerando o nro.3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

17.Lei dos compromissos, no âmbito da autorização aprovada pela A.M. em 28/09/2012.

O Senhor Presidente da Câmara informou que são compromissos plurianuais que foram assumidos pelo município, informando que se um contrato tiver início a 29 de dezembro e terminar a 2 ou 3 de

janeiro, teria de vir à Assembleia, daí o pedido desta autorização genérica, sendo que esta é a lista dos contratos celebrados desde a última Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que de facto continua-se a ver pouca concorrência nestes contratos e, não sabendo se há empresas beneficiadas, mas é estranho que sejam sempre as mesmas e, curiosamente os sócios muitas vezes até conhecidos e ligados ao Partido Social Democrata. Gostaria de ver maior concorrência porque há vários anos que é assim e pelos vistos continuará a ser com esta nova Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Anacleto Batista para se lamentar, dado que na sua intervenção inicial tinha apelado a uma coisa e agora vai contradizer o que disse. O Senhor deputado Adérito Garcia fez uma intervenção na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2012 em que fez uma acusação idêntica a esta, tendo-lhe chamado à atenção precisamente para a gravidade da acusação que estava a fazer e da obrigatoriedade de trazer os nomes o mais rapidamente possível. Na penúltima Assembleia o Senhor deputado Adérito não esteve presente e o Senhor deputado Anacleto Batista fez uma intervenção a reclamar por ter passado este tempo todo sem que efetivamente tivesse concretizado a acusação que fez, feito qualquer concretização, feito qualquer démarche, demanda ou tivesse feito aquilo que ali prometia, que era tratar efetivamente de ter os documento e de trazer esses nomes à Assembleia Municipal. Obviamente que o Senhor deputado Anacleto Batista, fazendo parte das listas do PSD, também pode estar incluído ou não, por sua consciência direta, sabe que não está, mas obviamente que, quem estiver a ler a ata pode chegar à conclusão que, qualquer um dos membros das listas do PSD, pode ser um dos interventores em negócios ilícitos e isso não pode admitir de maneira nenhuma. Ou o Senhor deputado Adérito concretiza as acusações e as afirmações que ali faz ou então o Senhor Anacleto será obrigado a proceder de outra forma de harmonia com o Regimento da Assembleia.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que vale o que vale e nem sequer é importante o que vai dizer mas, de qualquer das formas, o Senhor Adérito Garcia diz que esta Câmara continua a fazer o mesmo como a anterior, não estando a dizer que não vai fazer, porque o que ali está em causa, para já, são empresas do concelho, todas elas, chamando a atenção para o facto de o Senhor deputado não ter feito trabalho de casa, porque todas as datas são anteriores à tomada de posse do executivo. -----

Tomou a palavra Senhor deputado Joaquim Serras, referindo que, na sua opinião, quando o Senhor deputado Adérito fala na questão da concorrência, neste momento não pode existir concorrência, dado

que este foi o resultado de um concurso e é o que está neste momento, portanto essa questão não se coloca. Pedeu para que o Senhor deputado Adérito fosse mais específico quando levanta suspeitas uma vez que inclui todos os militantes ou eleitos, do PSD. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo ter estado a fazer uma consulta mas não consegue naquele momento afirmar com base numa prova documental quem serão as pessoas, pedindo autorização para na próxima Assembleia, que decorrerá até ao final do ano, concretizar estas informações. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e cinquenta minutos, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi redigida pela Técnica Superior de Secretariado, Anabela Lopes Graça Aparício, da secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____